

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DO LAZER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

EDMUR ANTONIO STOPPA¹

Visto como uma questão polêmica na sociedade atual, o lazer, tanto ao nível do senso comum quanto nos meios acadêmicos, é marcado pelo estabelecimento de mal-entendidos nas discussões e ações realizadas a seu respeito. Essa polêmica se estabelece a começar pela definição de seu conceito. No senso comum, isso pode ser verificado nas simples associações com experiências individuais ocorridas, nas quais os valores mais comumente associados ao lazer são o descanso e o divertimento. Até mesmo nas denominações dos órgãos públicos que tratam da área o seu campo de abrangência não fica claro, pois encontramos as mais variadas denominações, tais como “Cultura e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Esporte e Lazer”, entre outras.

No meio acadêmico a polêmica aparece nas abordagens indiretas, quando o lazer é relacionado a outros objetos de análise, em especial aos valores definidos por oposição aos do trabalho e, neste caso, geralmente o que ocorre é a mitificação do trabalho. Outros autores, devido aos reflexos dos avanços tecnológicos em relação ao tempo liberado para o lazer,

¹ Professor Doutor do curso de Lazer e Turismo da EACH-USP. Possui graduação em Educação Física pela Universidade de Santo Amaro; mestrado e doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Educação Física e Turismo, com ênfase nos estudos do Lazer, atuando nos seguintes temas específicos: Lazer, Educação, Animação Cultural e Recreação.

passaram, num sentido contrário, a realizar o elogio do lazer como ideal de felicidade (MARCELLINO, 2004).

A mesma polêmica se verifica quando a questão diz respeito à ocorrência do lazer na vida social, pois se para alguns autores o lazer ocorria nas sociedades tradicionais, uma vez que, ao parar de trabalhar, as pessoas ocupavam o seu tempo de não-trabalho com atividades de lazer, para outros autores o lazer é fruto da sociedade urbano-industrial (MARCELLINO, 2004), incidindo com seus valores sobre ela e podendo questioná-la, por meio de novos valores gerados.

Baseados nessa segunda perspectiva, diferentes autores ligados ao tema, como Marcellino (2004) e Dumazedier (2000), apontam que o aparecimento do lazer, tal como conhecemos nos dias atuais, se dá a partir da Revolução Industrial, com os avanços tecnológicos que provocam a divisão do trabalho e a alienação do homem. Como resultado dessa situação, o lazer surge como resposta às reivindicações sociais, na luta por uma melhor distribuição do tempo livre dos trabalhadores, ligado à recuperação da força de trabalho.

Além das considerações acima, outras mudanças ocorridas nas demais obrigações na vida da sociedade moderna acabaram por propiciar o surgimento da problemática do lazer, tal como se verifica hoje. No caso específico do Brasil, é de se destacar que esse processo só veio a se consolidar há algumas décadas, com a aceleração do processo de urbanização de novas áreas e de concentração populacional nas áreas já urbanizadas, fato observado, de acordo com Marcellino (2004), a partir do censo de 1970.

Entre os autores que se dedicam ao estudo do lazer, podem ser identificadas duas linhas de pensamento quanto ao conceito de lazer em si mesmo. Essas linhas se caracterizam pela ênfase no aspecto "atitude", ou seja, lazer enquanto estilo de vida e pela ênfase ao aspecto "tempo", liberado das obrigações do trabalho, ou livre das demais obrigações. Embora

a polêmica sobre o conceito permaneça, o que se verifica atualmente é a consideração dos dois aspectos – tempo e atitude – para a sua caracterização.

No Brasil, Dumazedier, sociólogo francês, considerando o lazer como:

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (2000, p. 34),

foi a principal referência para o desenvolvimento dos estudos na área, a partir do final da década de 1970, com a sua vinda à São Paulo, trazido pelo Serviço Social do Comércio (SESC), a fim de realizar palestras e seminários sobre a temática.

Assim, como se apresenta hoje, o lazer é aqui entendido como a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações humanas, combinando os aspectos tempo e atitude, e desenvolvido como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho, a educação etc., podendo exercer valores questionadores na sociedade, assim como sofrer influências da estrutura social vigente. Em relação ao conceito de cultura, o entendimento se dá em sentido amplo, ou seja, como "[...] conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve" (MACEDO, 1984, p. 35).

Nesse sentido, o lazer é tratado, fundamentalmente, não apenas como uma válvula de escape na sociedade, situação encontrada com seu desenvolvimento dentro dos valores das

abordagens funcionalistas, situação que ainda persiste na sociedade devido ao entendimento de que lazer é algo supérfluo perante as demais necessidades, como se as pessoas devessem, primeiramente, ter satisfeitos aspectos como saúde, alimentação e habitação, para só então abordar questões relativas às suas vivências de lazer.

Em relação às concepções funcionalistas, distinguem-se quatro diferentes abordagens. Uma delas é a abordagem “moralista”, enfatizando os valores morais vigentes na sociedade. A segunda abordagem é a de caráter “romântico”, com ênfase nos valores das sociedades tradicionais e na nostalgia em face do passado. Uma terceira abordagem é a “compensatória”, em que o lazer é visto como “compensação”, geralmente em relação ao trabalho, devido à insatisfação e alienação existentes. Por fim, observa-se uma abordagem “utilitarista”, na qual o lazer é reduzido à função de recuperação da força de trabalho ou como instrumento de desenvolvimento (MARCELLINO, 2004).

Entender o lazer ligado às concepções funcionalistas em suas várias nuances é entendê-lo como instrumento que ajudaria as pessoas a conviver com as alienações e injustiças ocorridas em nossa sociedade. Esse entendimento é gerador da incompetência e estimulador da não participação cultural, pois as abordagens funcionalistas, colaborando para a manutenção da situação vigente, não levam em conta aquilo que Marcellino (1996) chama de barreiras para o lazer, ou seja, um conjunto de fatores, tais como gênero, faixa etária, estereótipos, nível de instrução, que, tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca desigualdades na apropriação do lazer, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, para as diferentes camadas da população.

Ao contrário dessa perspectiva, o lazer é considerado como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural,

possibilitando, como reivindicação social, o resgate da cidadania por meio da participação cultural, que é, para Marcellino (2004, p. 45), “[...] a atividade crítica e criativa de sujeitos historicamente situados”, e entendida como uma das bases para a mudança da sociedade, mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

O conceito de lazer apontado é considerado em estreita ligação com as demais áreas de atuação da vida humana e a importância de entendê-lo a partir dessa perspectiva significa estar atento para as possibilidades de alienação em quaisquer dessas áreas de atuação, pois, como diz Bosi (1978, p. 76): “[...] se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de se esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro”.

Outro aspecto relevante a ser mencionado sobre o lazer diz respeito às funções que lhe são atribuídas. Para os autores² ligados ao tema, seriam funções do lazer o descanso, o divertimento e, a principal de todas, o desenvolvimento pessoal e social. Assim, o lazer deveria contribuir não apenas com aspectos consumatórios ou de reposição da força de trabalho, mas procurando elevar as pessoas a uma maior participação nas atividades, de maneira crítica e criativa.

Quanto às possibilidades de vivências, apesar de não ser a única classificação possível e acreditando, mesmo em eventuais falhas em todas elas, pode-se entender que a realizada por Dumazedier (1980a) seria a mais adequada, pois abrangeria os diferentes aspectos que caracterizam o ser humano, atendendo-o no seu todo.

Assim, Dumazedier classificou os conteúdos culturais do lazer em cinco áreas: artísticos, intelectuais, físico-esportivos, manuais e sociais. Camargo (1989), complementando, aponta uma sexta categoria representada pelos interesses turísticos.

² Entre eles destaca Camargo (1989), Dumazedier (1980a), Marcellino (2004) e Requiça (1980).

É importante destacar que os conteúdos desta classificação são áreas que se interligam, sendo assim colocados em separado apenas para facilitar o planejamento de atividades de lazer e a realização de pesquisas, com a distinção somente, podendo ser estabelecida por aquilo que predominaria em cada uma das categorias.

Além dos conteúdos, o lazer pode ser vivenciado por meio da não-atividade, ou seja, do ócio, desde que entendido como uma escolha no tempo disponível, embora essa possibilidade seja, em nossa sociedade, pouco valorizada. Ao contrário da valorização do ócio, prioriza-se a *performance*, o produto final e não o processo de criação que dá sentido e colabora com o desenvolvimento dos indivíduos. Isso na maioria das vezes ocorre devido à sensação de tempo perdido relacionado a esse momento, a partir do entendimento restrito do lazer, ou seja, associando-o apenas à prática de alguma atividade, esquecendo ou desconhecendo as suas demais possibilidades de vivência.

Porém, para que se consiga atingir o ser humano de modo integral, é necessário que os conteúdos do lazer sejam conhecidos pelas pessoas, incentivando a participação nos diversos interesses da classificação acima.

Assim, a participação está diretamente ligada à informação e vale a pena lembrar a forma como essa participação deve ser considerada, uma vez que o exercício crítico e criativo do lazer é um fator a ser buscado por meio dessa participação.

Sobre a participação, Chauí (1989) afirma que é necessário a participação popular criar suas próprias leis e regulamentos, uma vez que só assim ela se tornará política e democrática. Para Chauí (1989, p. 56), participação seria “[...] o direito de tomar as decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas [...]”. Nesse sentido, para o indivíduo existir socialmente é indispensável participar,

uma vez que não há participação sem informação, o que significa que não há democracia, caso não aconteça a participação. Sem um compromisso com o desenvolvimento de uma consciência crítica, a informação torna-se alienante e manipuladora, deixando assim de garantir uma efetiva participação.

Outro autor a discutir a participação é Demo (1996). Para ele, é importante estar atento às armadilhas encontradas na lógica do poder, em que a melhor farsa é a da roupagem da participação, situação essa doada pelo poder e não conquistada pelo desigual. Para Demo (1996, p. 97), “[...] participação é o processo histórico de conquista das condições de autodeterminação”. Com isso, a participação não pode ser dada ou imposta, nem mesmo é prévia, uma vez que somente existe se for conquistada, afinal, ela é processo e não produto acabado. Para ele, enquanto não se estabelecer o ambiente necessário para a autopromoção, o que prevalece é a alienação, a imposição, a dependência das pessoas no cotidiano.

Assim, é importante destacar, além dos conteúdos culturais expressos através dos interesses predominantes no lazer, as categorias de gêneros e níveis, discutidos por Durnazedier (1980b), que complementam a classificação anteriormente apresentada.

Em relação aos gêneros, o autor os classifica em prática, conhecimento e assistência. O gênero da prática aconteceria quando o indivíduo buscasse desenvolver sua atividade de lazer. O gênero do conhecimento se caracterizaria pela procura de informações sobre a atividade de lazer e o gênero da assistência ocorreria quando a atividade de lazer fosse acompanhada no local onde ela se realiza ou por meio do rádio ou da televisão. Nesse sentido, é muito importante que as pessoas vivenciem diferentes possibilidades de lazer nos três gêneros, a fim de que possam se tornar bons praticantes, bons conhecedores e bons espectadores.

Associada à discussão anterior, é importante lembrar que a questão da atividade e passividade é geralmente relacionada somente com a prática e o consumo respectivamente, ocasionando grandes equívocos. Assim colocado, todo o “fazer” estaria associado à atividade enquanto o “assistir” se relacionaria à passividade. Porém, o que determinaria o indivíduo como ativo ou passivo não seria o conteúdo do lazer, nem o gênero em que tal conteúdo seria vivenciado, mas a maneira como se processaria a participação na atividade de lazer. Desse modo, a classificação “ativo/passivo” poderia ser encontrada nos três gêneros já detalhados, bem como nos seis conteúdos do lazer apresentados anteriormente.

Assim, o que determinaria essa classificação “ativo/passivo” seriam os níveis de participação que, de acordo com Dumazedier (1980b), podem ser classificados em elementar ou conformista, médio ou crítico e superior ou criativo.

Desse modo, é de se esperar que as pessoas realizem as vivências de lazer em seu tempo disponível de modo não conformista, mas crítico e criativo. Porém, essa situação não ocorre, na maioria das vezes, de forma espontânea e, nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de ações, por parte de profissionais da área do lazer, que venham a orientar e estimular a participação das pessoas dentro dos seis interesses culturais do lazer, nos três gêneros, buscando levar as pessoas a possivelmente ultrapassarem os níveis, de conformista para crítico e criativo.

Além disso, essas ações devem trabalhar o lazer não apenas enquanto descanso e divertimento, questões muito importantes em nossa sociedade, mas desenvolver essas ações a partir do duplo aspecto educativo – a educação pelo e para o lazer, em sua relação com a Educação, como forma de desenvolver o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, não a partir de uma perspectiva funcionalista, mas como

possibilidade de reivindicação social e resgate da cidadania, por meio da participação cultural.

No entanto, ainda persiste na sociedade um sentimento de que lazer é algo supérfluo perante as demais necessidades. Exemplos desta forma restrita de entendimento encontram-se muito fortemente arraigados não apenas no cotidiano, em que o lazer é associado com vagabundagem, coisa de quem não tem nada para fazer, mas, até mesmo, no poder público, em relação ao qual esse tipo de pensamento prevalece em várias cidades do país. Ao invés de ser entendido como direito social, o lazer é, geralmente, visto apenas como desculpa ou chamariz para a realização de ações meramente assistencialistas que buscam remediar os problemas que algumas regiões das cidades passam nas diversas áreas do social.

Situação bastante presente é a discussão de que o lazer pode acabar com a violência. Porém, tal relação é feita sem que se tenha dados que comprovem tal realidade. É importante destacar, também, que não é a falta de lazer que leva à violência, mas é a violência que leva à não-realização do lazer, “empurrando” as pessoas cada vez mais para dentro de suas casas, tornando-as reféns, especialmente da televisão que, hoje, pouco ajuda a levá-las a uma vida com melhor qualidade.

Com a ocorrência desses problemas faz-se necessário o desenvolvimento de ações específicas, por meio de políticas públicas que busquem atingir objetivos explícitos ligados à temática por meio do processo de elaboração e de implementação de programas de ação.

Sobre a implantação de uma política de lazer, alguns autores como Requiza (1980), Dumazedier (1980b), Camargo (1985), Marcellino (1996), entre outros, têm contribuições importantes sobre a discussão de tal problemática, que devem ser entendidas e apropriadas a partir de uma leitura crítica.

Como já ressaltado, o desenvolvimento de políticas públicas na área do lazer é fundamental como forma de

estimular a criticidade e a criatividade, de tal maneira que as pessoas possam superar as diversas barreiras encontradas no cotidiano, que limitam a efetiva participação não só nas vivências de lazer, mas na sociedade de uma forma geral.

Assim, mais uma vez destaca-se a importância da participação efetiva das pessoas e dos diferentes segmentos da sociedade civil na definição de políticas sociais, com base nos anseios e nas necessidades do público envolvido. O lazer, pela sua característica própria, pode ser entendido como um interessante instrumento para o desenvolvimento da participação, criando oportunidades para que as pessoas possam vivenciar novos valores.

Apontando a necessidade de um repensar sobre o entendimento do lazer relacionado a sua abrangência, sobre o entendimento da totalidade das relações sociais, em que o trabalho ocupa posição central, articulada às dimensões da não-obrigação e sobre a relevância da problemática do lazer na cidade, apesar da falta de sua ressonância social³, Marcellino (1996, p. 27), no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de lazer, propõe que a discussão e a implementação desses mecanismos, por parte do poder público ou de outras instituições ligadas à sociedade civil, passe pelo

[...] entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas, e por outro lado, pelos

³ Somente mediante a observação participante, Magnani (1998) pôde perceber que existiam diferenças acentuadas em relação ao que as pessoas da periferia verbalizavam sobre o lazer, em comparação aos demais temas sérios e as suas vivências no dia-a-dia. De acordo com o autor, a utilização de instrumentos de coleta de dados formais, como os questionários, não permitiam apreender a riqueza e a importância das vivências no cotidiano das pessoas.

limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação.

Nesse sentido, em relação ao entendimento amplo do lazer, é preciso considerá-lo em suas múltiplas possibilidades, segundo os conteúdos propostos por Dumazedier (1980a), procurando inter-relacioná-los, o que requer a busca da interface com outros departamentos da Secretaria, dentro do poder público (MARCELLINO, 1996), onde a política de lazer será realizada.

Nas instituições do setor privado e do terceiro setor que desenvolvem políticas relacionadas ao tema, a mesma questão deve ser levada em consideração. Essa situação é importante, pois o entendimento da problemática deve ser o mesmo dentro dos diferentes setores que tenham interface com a questão do lazer, como forma de articular discursos e ações, potencializando os resultados a serem alcançados.

Sobre o duplo aspecto educativo do lazer, é preciso entendê-lo não apenas como descanso e divertimento, questões importantes, mas como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Para isso, devem-se observar as interfaces com outras políticas públicas, como educação, saúde, transportes e demais áreas do social (MARCELLINO, 1996).

De forma mais abrangente que os departamentos ou secretarias que tenham interface com a questão do lazer, aparece aqui a importância da articulação de diferentes secretarias do poder público ou instituições da sociedade civil com suas políticas de ação, de modo a colaborar com o alcance dos objetivos propostos, tanto de lazer quanto das demais áreas sociais.

Em relação às suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, deve ser levada em consideração a possibilidade da ação ser realizada em conjunto com grupos e organizações ligadas à área do fazer cultural e

com grupos populares da cidade, de acordo com o que colocam Demo (1996) e Chauí (1989), com base em suas manifestações culturais e em seus níveis de participação, em busca da superação desses níveis através de uma política de animação sociocultural (MARCELLINO, 1996).

E aqui, a participação efetiva ganha destaque, pois é com ela que as pessoas compreenderão o saber fazer e poderão passar de níveis menos elaborados para níveis de participação mais elaborados, garantindo maior criticidade e criatividade em relação às suas vivências.

No que diz respeito às barreiras socioculturais, deve-se levar em consideração questões como gênero, faixa etária, estereótipos, acesso aos espaços, entre outras questões, que, tendo a situação socioeconômica como pano de fundo, limitam tanto qualitativa, quanto quantitativamente, a apropriação do lazer por parte de uma parcela da população.

Para atacar essas questões é necessário, por parte do poder público ou das instituições privadas promotoras das ações, o estabelecimento de prioridades para as parcelas da população normalmente não atendidas, com o objetivo de minimizar os efeitos indesejados provocados pelas barreiras do lazer.

Sobre os limites da administração pública, é preciso perceber que a questão do lazer somente pode ser entendida se relacionada a questões de tempo e espaço que transcendem os executivos municipais como jornada de trabalho e ocupação do solo urbano, o que coloca a necessidade de participação em discussões e em ações com órgãos representativos e setores constituídos da sociedade, tanto por parte do poder público (MARCELLINO, 1996), quanto por outras instituições que promovam ações relacionadas a políticas de lazer.

Complementando a questão relacionada a uma política de lazer, Requixa (1980) comenta que as diretrizes não podem restringir-se, apenas, a uma política de atividades, devendo envolver, também, questões relativas à formação e à capacitação

de quadros para atuação, de espaços e de equipamentos, bem como critérios de reordenação do tempo. Isso realça a necessidade do poder público e das instituições na fixação de prioridades com base na análise de situação, procurando responder questões como: existe uma estrutura de animação capacitada e atuante nos equipamentos específicos? Como esses equipamentos estão distribuídos pela cidade? Há equipamentos específicos sub-utilizados? Existe a possibilidade de se adaptar equipamentos não específicos para sua utilização em atividades de lazer?

Por fim, Marcellino (1996) aponta para a importância da questão ser analisada em seu movimento pendular, relacionada à problemática das políticas públicas em países da periferia do capitalismo, o que, segundo Freitag (1987), significa ver o desenvolvimento das políticas públicas entre a intenção original de disciplinar e de reproduzir as estruturas sociais, de um lado, e de capacitar, de outro, os processos emancipatórios.

Em relação à formação e capacitação de quadros, o papel do profissional de lazer, atuando com o desenvolvimento de políticas públicas, ganha especial destaque, uma vez que é através de sua ação que os valores da participação popular e consequente contribuição para o exercício da cidadania poderão efetivar-se de fato.

Historicamente, em nosso país, os processos de formação profissional na área do lazer têm se caracterizado em preparar para a ação cotidiana um "profissional" com as características exigidas pelo mercado e essas vêm marcadas pela visão abstrata de lazer, ou como simples "mercadorias" a serem consumidas pelas pessoas.

Para que as ações possam ser desenvolvidas a partir dos valores da participação cultural, é fundamental a discussão do processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação com políticas públicas de lazer, quadros esses que

devem, inclusive, reverter expectativas muitas vezes equivocadas do papel dos profissionais em sua ação na área.

É, ainda, importante destacar que estamos falando de políticas setoriais de lazer e, nesse sentido, não se pode perder de vista o contexto social em que elas são desenvolvidas, o que nos leva à necessidade de entender os programas de governo em geral, bem como as diferentes políticas públicas ligadas à área social.

Assim, a questão do lazer na sociedade ganha, cada vez mais, a importância da participação como canal para a vivência de novos valores, que, de forma educativa, garanta a possibilidade de questionar a sociedade excludente em que vivemos, buscando saídas para os problemas enfrentados no cotidiano. A falta de ações ou, pelo menos, as poucas ações por parte do poder público⁴ que estejam comprometidas com os valores da mudança social, tem produzido, nos últimos anos, um grande número de movimentos sociais que têm, como pauta maior, a participação como caminho para a discussão e tentativa de resolução dos problemas.

Com o lazer e sua efetiva participação cultural abre-se a possibilidade da conquista da autonomia e do exercício da cidadania, na definição das ações relacionadas aos grupos comunitários. É a perspectiva de contestação e uma resposta às políticas públicas, altamente conservadoras e excludentes, que encontramos dentro do estado em que vive a população brasileira. Acredita-se que esse seja o caminho para a consolidação de uma sociedade mais justa.

⁴ Relatos de experiências com políticas municipais comprometidas com o desenvolvimento da cidadania podem ser encontradas em administrações populares e progressistas. Cidades como Santo André, São José dos Campos, Porto Alegre, Belém, entre outras, podem ser citadas como exemplos positivos de administrações, algumas no período atual, outras já passadas, em que a questão do lazer é vista como prioridade, aliada a outros temas, que, na maioria das vezes, são considerados mais "sérios" e, por esse motivo, acabam por polarizar os esforços do poder público.

Assim, a formação e desenvolvimento de quadros para reversão dessas expectativas tornam-se de extrema importância, destacando-se aí o papel das diferentes instituições formadoras e capacitadoras de profissionais na área do lazer, caso específico da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo, em seu curso de Lazer e Turismo, e das demais instituições acadêmicas que tenham cursos relacionados à temática do lazer, bem como dos diferentes órgãos gestores de políticas públicas, sejam esses governamentais, privados ou ligados ao terceiro setor.

Referências

- BOSI, E. *Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAMARGO, L. O. L. Política de lazer. In: *Estudos do lazer*. São Paulo: SESC, nº 1, p. 03-07, 1985.
- CHAUÍ, M. S. Cultuar ou cultivar. *Teoria e Debate*. nº 8, p. 50-56, out./nov./dez, 1989.
- DEMO, P. *Pobreza Política*. 5. ed., Campinas: Autores Associados, 1996.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 2000.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980a.
- DUMAZEDIER, J. *A teoria sociológica da decisão*. São Paulo: SESC, 1980b.

FREITAG, B. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, E. e QUEIROZ, J. (Org.). *A cultura do povo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984, p. 34-39.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 11. ed., Campinas: Papirus, 2004.

MARCELLINO, N. C. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996, cap. 2, p. 23-30.

REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

Para Refletir Após a Leitura

- 1) Lazer e trabalho são áreas de atuação humana desenvolvidas em tempos diferentes dentro da sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que lazer e trabalho são desenvolvidos em tempos opostos? De que forma pode-se articular esses dois tempos?
- 2) Dê um exemplo de conteúdo do lazer ativo, em qualquer gênero, e um exemplo de conteúdo do lazer passivo, em qualquer gênero.
- 3) Como desenvolver a educação para e pelo lazer, conciliando a transmissão do que acreditamos ser importante, em termos de conteúdos, gêneros e valores, com as questões de liberdade de escolha e prazer características do lazer?

- 4) De acordo com a leitura do texto, aponte os valores centrais, entendidos enquanto diretrizes, para o desenvolvimento de uma programação de lazer.